
AS 7 VIDAS DO IMPÉRIO ESTADUNIDENSE (ESTADOS UNIDOS: HEGEMONIA DECADENTE?)

**THE 9 LIVES OF THE US EMPIRE
(UNITED STATES: DECADENT HEGEMONY?)**

**LAS 7 VIDAS DEL IMPERIO AMERICANO
(ESTADOS UNIDOS: ¿DECADENCIA HEGEMÓNICA?)**

Zeno Soares Crocetti¹

RESUMO: A decadência do imperialismo entre 1983 e 2013 modificou a análise do globalitarismo neoliberal. A teoria do imperialismo explica a polarização global da renda pela transferência sistemática de recursos dos países periféricos para os capitalistas do centro. Em 2020 pode ter chegado ao fim a configuração territorial construída pelo modelo econômico neoliberal da globalização, que foi hegemônico nos últimos 40 anos sob o comando do setor financeiro global. Este modelo de “deslocalização” da produção de realocação de processos de negócio de um país para outro possibilitou uma dinâmica nova ao crescimento da produção de bens e serviços e do comércio mundial, com critérios exclusivamente determinados por fatores de aproveitamento, uso do território geográfico, ancorados exclusivamente do paradigma do lucro e condições de competitividade material internacional dos produtos (bens e serviços) e das empresas, ou seja, o funcionamento do capitalismo como conhecemos chegou ao fim?

Palavras-chave: Imperialismo. Neoliberalismo. Globalização e desglobalização.

ABSTRACT: The decline of US imperialism between 1983 and 2013 changed the analysis of neoliberal globalitarianism. The theory of imperialism explains the global polarization of income by the systematic transfer of resources from peripheral countries to capitalists in the center. In 2020, the territorial configuration built by the neoliberal economic model of globalization, which has been hegemonic for the last 40 years under the command of the global financial sector, may have come to an end. This model of “relocation” of production and reallocation of business processes from one country to

¹ Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território. Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos Ignácio Rangel (NEIR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0608-5079>. E-mail: geocrocetti@gmail.com.

Artigo recebido em agosto de 2021 e aceito para publicação em abril de 2022.

another has enabled a new dynamic for the growth of the production of goods and services and of world trade, with criteria exclusively determined by factors of exploitation, use of the geographic territory, exclusively anchored in the profit paradigm and conditions of international material competitiveness of products (goods and services) and companies, that is, has the functioning of capitalism as we know it come to an end?

Keywords: Imperialism. Neoliberalism. Globalization and deglobalization.

RESUMEN: El declive del imperialismo entre 1983 y 2013 cambió el análisis del globalitarismo neoliberal. La teoría del imperialismo explica la polarización global del ingreso a través de la transferencia sistemática de recursos de los países periféricos a los capitalistas del centro. En 2020 puede haber llegado a su fin la configuración territorial construida por el modelo económico neoliberal de globalización, que fue hegemónico en los últimos 40 años bajo el mando del sector financiero global. Este modelo de “relocalización” de la producción de reasignación de procesos comerciales de un país a otro posibilitó una nueva dinámica al crecimiento de la producción de bienes y servicios y del comercio mundial, con criterios exclusivamente determinados por factores de uso, uso del territorio geográfico, anclado exclusivamente en el paradigma de lucro y condiciones de competitividad internacional material de los productos (bienes y servicios).) Y empresas, es decir, ¿el funcionamiento del capitalismo tal como lo conocemos ha llegado a su fin?

Palabras clave: Imperialismo. Neoliberalismo. Globalización y desglobalización.

*“Quanto menos se sabe, mais se é manipulado.
A política se subordinou ao mercado totalmente, sem nenhum controle!”
(CROCETTI, 2019)*

GÊNESE

Em um período em que a especulação explodiu, os fluxos de capital estão remodelando as economias regionais, fugindo de alguns países e cravando os dentes em outros. No entanto, a experiência regional mostra que esses fluxos não são essenciais para o crescimento e podem ser regulados para o benefício do país quando há vontade política.

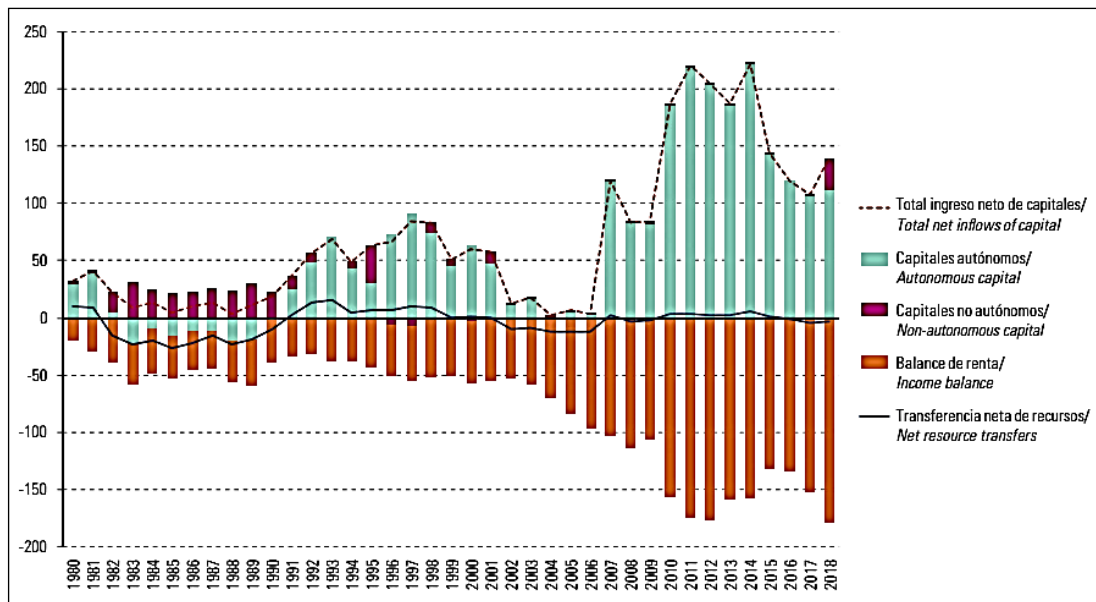
Em *As origens do totalitarismo*, Hannah Arendt (2009a) interpreta as origens da dominação total, o qual chamou de *emancipação política da burguesia*. O imperialismo é a compreensão burguesa da política, é a redução da política a um aparelho policial de repressão, em que a política deve ser a força policial bem organizada, conteúdo interpretativo também tratado por Louis Althusser (1970).

Ao analisar o totalitarismo e a banalidade do mal, Arendt (2009a) observa que os regimes totalitários tiveram como pressuposto a aniquilação das classes sociais, a atomização das pessoas e a uniformidade e homogeneidade sociais. No *loop* do tempo,

a curvatura da linha do tempo, o futuro está na linha paralela, bem próxima ao passado e ao presente, com uma grande possibilidade de haver um *loop* ou uma repetição de acontecimentos passados ou futuros. Estaríamos nós neste início de milênio tendo um efeito *looping* no caso da repetição do passado, com essa polarização e o avanço do fascismo em escala mundial?

A banalidade do mal consiste na recusa em examinar atos e ações inerentes à existência humana. Como antídoto à ascensão totalitária e à banalidade do mal, temos que preservar a capacidade de reflexão crítica, pois só a atividade autônoma do pensamento permite resistir à conversão ao mal. (ARENDRT, 2009b).

Seguindo a trilha dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto (IED), ou seja, investimento produtivo, e não investimento especulativo pode ser um bom exercício para compreender as mudanças drásticas que estão ocorrendo na América Latina e de certa forma muito particular na região sul-americana. O exercício pode antecipar ou confirmar que os investimentos estão focados nos bens de comuns, em particular a mineração e os hidrocarbonetos, gás e petróleo, mas surgem alguns elementos novos que mostram a capacidade do capital de desenhar sua própria geopolítica e impor-se aos mais diversos Estados e governos de todas as cores. Figura 1



1980-2018 (em bilhões de dólares a preços correntes de mercado).

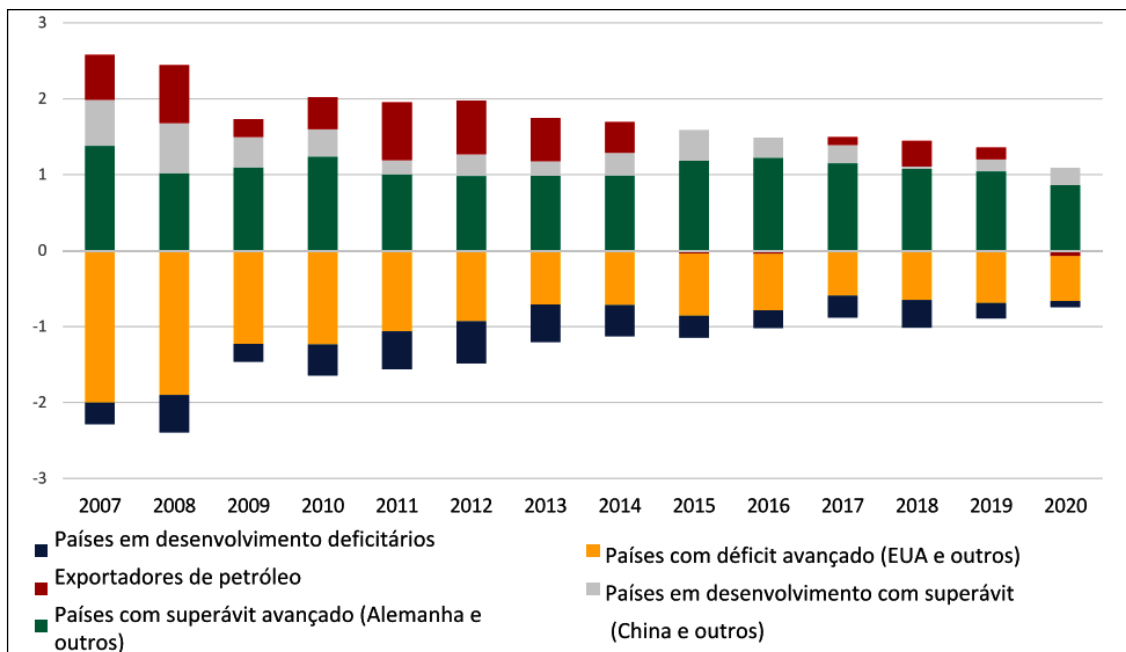
Fonte: CEPAL (2019).

Figura 1. América Latina: ingresso de capital e transferência de recursos.

Por que enfatizar os fluxos de capital e não a evolução da produção, do emprego ou das exportações? David Harvey, em entrevista para o jornal *Valor*, comparou o capitalismo com o corpo humano e os movimentos do capital com o sistema sanguíneo: “O capitalismo depende da continuidade dos fluxos de capital sem qualquer interrupção, pois por qualquer motivo, pode ter custos muito elevados” (Rodrigues, 2012). Embora esses fluxos estejam

sofrendo bloqueios, ele confirma que “esse corpo está crescendo e há uma expansão infinita das artérias do fluxo de capitais e de mercadorias” (RODRIGUES, 2012).

A autonomia da América Latina de 2002 a 2013 foi uma das regiões do mundo onde essa expansão foi mais visível. Em 2011, o IDE apresentou um crescimento de 34,6%, bem acima da Ásia onde cresceu 6,7% (CEPAL, 2010). Em números absolutos, os investimentos diretos na região pela primeira vez superaram os direcionados aos Estados Unidos e só foram superados pela Europa e pela Ásia. Pode ser que esses dados levaram o imperialismo dos EUA a fazerem nova intervenção na América Latina depois de 2013, derrubando governos (Honduras, Paraguai, Brasil e Bolívia) e fazendo intervenções no Chile, Equador, Peru e Argentina. Por outro lado, a soma das receitas registradas pela China e por Hong Kong é igual à recebida pelos Estados Unidos. Um conjunto de dados que não deixa dúvidas sobre as escolhas que o capital fez.



Fonte: CEPAL, 2020, com base no banco de dados do FMI, *Global Economic Outlook* (out. 2020).

Elaboração: CROCETTI (2021).

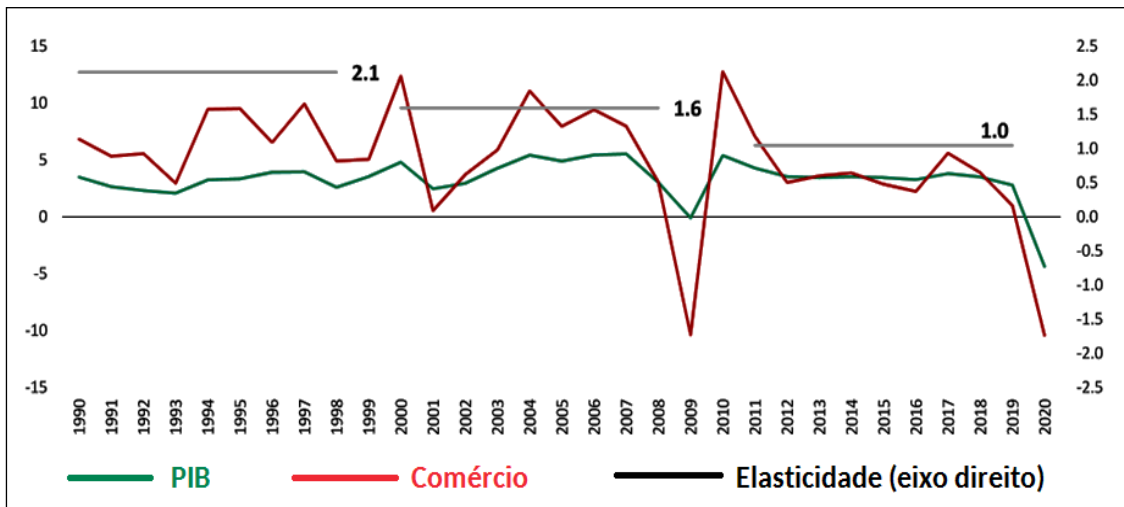
Figura 2. Os desequilíbrios globais podem levar a maiores protecionismo e crise. Principais grupos de países: superávits e déficits em conta corrente, 2007-2020. (Porcentagem do PIB mundial).

As mudanças que estão sendo registradas são parte de modificações de longo prazo na realidade global. A crise desencadeada em 2007/08 serviu de divisor de águas nesse sentido, mas o processo remonta ao fim do século XX. Em 2010, pela primeira vez desde que a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) tem registros, ou seja, desde 1970, os países desenvolvidos receberam menos da metade de fluxos IDE globais. Até o final da década de 1980, as economias desenvolvidas atraíam 97% dos investimentos. Em 2005, as economias em desenvolvimento e emergentes já atraíam

12% dos fluxos globais, mas em 2010, em um cenário de forte queda dos fluxos de capitais no mundo, essas economias ultrapassaram a barreira dos 50% (UNCTAD, 2012).

Essa tendência se manteve estável até 2014, quando os investimentos na Europa cresceram quase 23% e os investimentos globais começaram uma lenta recuperação. Tudo indica que a crise é o momento em que as grandes tendências geopolíticas apresentam bifurcações e reviravoltas. Dessa forma, podemos ter certeza de que o mundo em desenvolvimento passou a desempenhar um papel decisivo e de certa forma central no novo mundo que se avizinha.

A análise da crise mundial do capitalismo tem um objetivo específico: fornecer validade empírica para a hipótese de que a causa das crises econômicas recorrentes e regulares ou quedas na produção, investimento e emprego nas economias modernas pode ser encontrada na lei de Marx da queda tendencial da taxa de lucro. Marx (1988), no livro 3, capítulo 13, de O Capital acreditou e concordamos que é “a lei mais importante da política econômica”.



Fonte: CEPAL (2020 com dados FMI 2020). Elaboração: CROCETTI (2021).

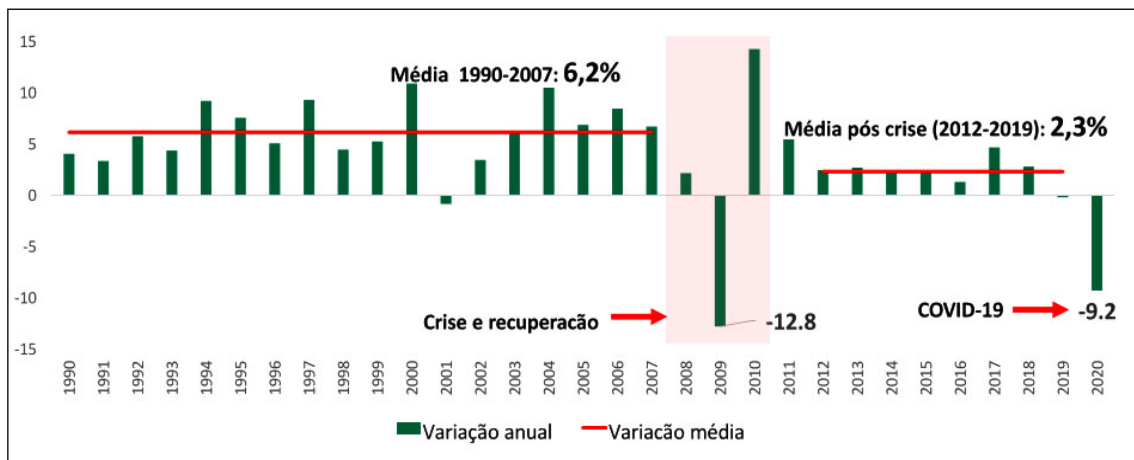
Figura 3. Comércio global e a dinâmica da desglobalização. Elasticidade do comércio do PIB (eixo direito) (Em percentagens). MUNDO: VARIAÇÃO ANUAL DO COMÉRCIO E DO PIB, ELASTICIDADE, 1990-2020.

Essa análise empírica tem consequências políticas. A lei revela que crises surgem da própria essência do capitalismo – a fundamental contradição inerente ao progresso tecnológico, o motor do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, que o progresso tecnológico, enquanto aumenta o trabalho, a produtividade, ao mesmo tempo, substitui o trabalho pelos meios de produção, diminuindo assim o valor da maior saída.

Se menos valor é gerado e mais-valia aumenta (ou seja, sempre que ocorre uma crise, aumenta a expropriação do trabalhador e há redução de custos, de salários ou congelamento dos salários, redução dos direitos trabalhistas), menos valor e mais-valia podem ser realizados.

Essa é a causa, a raiz da queda da lucratividade e das crises. Ela se revela como uma articulação complexa e mutante da tendência e da mudança de contratendências, que dão a cada crise suas características específicas. Mas se a causa subjacente é a mesma. A lei de Marx implica a verdade intragável de que as crises capitalistas não podem ser encerradas definitivamente sem acabar com o modo de produção capitalista em si.

A pandemia Covid-19 atingiu, com um devastador golpe, uma economia global já fragilizada e em decadência. Os bloqueios das cadeias produtivas e outras restrições necessárias para enfrentar a crise de saúde pública, juntamente com reduções espontâneas das atividades econômicas por parte dos consumidores e produtores, constituem uma combinação sem precedentes de choques adversos que está causando recessões profundas em escala global às economias de mercados do centro do sistema, nos países emergentes e na periferia do sistema (nos países em desenvolvimento, classificação da ONU e suas agências). Aqueles da periferia do sistema, os chamados *subdesenvolvidos*, que têm sistemas de saúde mais fracos; os que dependem fortemente de comércio global, turismo ou remessas do exterior; e aqueles que dependem de *commodities* nas exportações serão os mais afetados, conforme demonstrado nas Figuras 1 a 4.



Fonte: CEPAL (2020, com dados da OMC, projeção para 2020). Elaboração CROCETTI (2021).

Figura 4. A Covid-19 aumenta a queda do comércio de mercadorias, exceto alimentos e medicamentos. Variação anual. Variação média no volume do comércio mundial de mercadorias, 1990-2020 (em percentagens).

Além do impacto de curto prazo, a recessão profunda desencadeada pela pandemia pode deixar cicatrizes duradouras por meio de vários canais, incluindo baixos investimentos em inovação; erosão do capital humano, dos desempregados; e um recuo de comércio global e ligações de abastecimento. Esses efeitos podem muito bem diminuir o crescimento potencial do trabalho e da produtividade em longo prazo.

Indicadores de atividade econômica e comércio internacional têm revelado que o declínio recente da atividade econômica global é um dos mais acentuados e profundos já registrados. Os índices dos gerentes de compras caíram acentuadamente nas principais economias, e o sentimento global despencou. Os indicadores de comércio global, como o transporte de contêineres e o

novo componente de pedido de exportação dos compradores globais, experimentaram quedas historicamente grandes em 2020, com uma fraca recuperação no fim de 2020. Mas com a segunda e terceira onda de infecções e novas cepas, o cenário é catastrófico para 2021. Essas observações ficam evidenciadas pelos dados empíricos das Figuras 3 e 4.

DO IMPERIALISMO CLÁSSICO AO IMPERIALISMO DE RAPINA

A globalização foi uma resposta aos fracassos do capitalismo, não a seus êxitos. Os Estados Unidos usaram seu controle das redes comerciais e financeiras para adiar o acerto de contas do seu próprio capital interno e, é claro, usa sua máquina de guerra para impor sua vontade!

Passaram o peso aos outros, movendo os capitais pelo mundo para buscar lucros e promovendo uma orgia de especulação financeira. A análise é da E. Wood (2014), para a qual, a globalização “não tem nada a ver com liberdade de comércio”, e o Estado “é hoje mais essencial do que nunca para o capital”, pois fornece estabilidade e previsibilidade.

Em *Nêmesis, os últimos dias da república estadunidense*, Chalmers Johnson (2008) afirma que “O imperialismo é uma forma de tirania [...] Nunca governa com o consentimento dos governados [...], falamos sobre a disseminação da democracia, mas falamos sobre a disseminação da democracia na ponta de um fuzil de assalto”.

A reestruturação da monopolização/financeirização do mercado, a precarização do trabalho, a denominada *uberização*, provocam um brutal desemprego estrutural, crises das representações políticas (que ainda segue em curso) e a crise ambiental. O Capital pode estar inaugurando uma nova fase de sua evolução, ainda mais predatória e que joga no lixo um pacto (de democracia rebaixada), agenda no pós-Segunda Guerra Mundial e colapsada com o fim do Bloco Soviético.

O número de publicações e de estudos acadêmicos nas mais diversas áreas das ciências humanas concernentes ao imperialismo e ao militarismo estadunidense cresceu tremendamente após os atentados ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, e ainda mais após a declaração de guerra ao Iraque, dando seguimento, de certa maneira, à Guerra do Golfo, travada cerca de dez anos antes. Não é à toa que a Guerra do Iraque foi chamada por muitos de “Segunda Guerra do Golfo”.

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (1976) faz uma reflexão sobre uma citação de Hegel:

a história se repete primeiro como farsa e segundo como tragédia. Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.

Ou por outras palavras, é o *looping*, já registrado no início do texto. Porém, onde está a válvula para que o homem o controle? Será que um dia o homem terá esse controle?

Em seu livro, *As aflições do império*, Johnson (2007) faz uma interpretação singular, de quem participou como funcionário administrativo na CIA. Dedicou boa parte do livro para denunciar operações secretas e o fim da república imperialista dos EUA e disserta sobre, entre outras coisas, a criação de uma “Nova Roma” por parte dos Estados Unidos e a ampliação da área de atuação de suas bases militares ao longo do globo. Defende que os EUA criaram um império de bases, e que a manutenção desse império, longe de operar apenas por influência política, ideológica e econômica, é tocada por meio do poderio militar.

Ele apoia seus argumentos em uma série de dados, como o número de cerca de meio milhão de soldados, técnicos, espiões, construtores civil espalhados pelas bases no exterior, entre outros. Resultado da imposição de zonas de influência na base da força, os gastos militares do governo estadunidense ultrapassam a soma dos de outros países militarmente poderosos juntos. Como compreender, então, o aval de, possivelmente, a maior parte da população do país em aceitar as despesas durante os conflitos?

Johnson (2007), assim como Noam Chomsky, Douglas Kellner, Carol Brightman e tantos outros, compreende que esse aval tem a necessidade de estar respaldado por uma propaganda massiva, objetivando criar medo e insegurança na população, de modo a aceitar passivamente gastos exorbitantes e agressões violentas à soberania de outros países em troca de uma suposta segurança, que a cada dia se mostra tênue. A suposta guerra contra o terrorismo não impediu que, no passar dos anos, outros atentados ocorressem.

Johnson (2007) dedica os primeiros capítulos a articular as relações entre a propaganda e o imperialismo estadunidense, buscando respaldo histórico ao citar a intervenção em Cuba, a guerra contra a Espanha após o afundamento do Maine e a paranoia incentivada pela imprensa quanto a esse fato, entre outras questões, além de citar o óbvio exemplo da Guerra Fria, responsável pelo crescente militarismo nos EUA, ao contrário da desejada desmobilização do exército após a Segunda Guerra Mundial. É desnecessário dizer que o acompanhamento das questões acerca da propaganda segue até meados de 2003 e adiante, demonstrando como se dá o aliciamento de jovens, exemplificando *slogans* sedutores e promessas carreiristas que um exército de voluntários com tanta demanda necessita para não apenas sobreviver, mas se expandir.

O terror doméstico da propaganda, durante a administração Bush Jr, acerca das supostas armas de destruição em massa iraquiana dava combustível à paranoia belicista. No início da ofensiva ao Afeganistão, praticamente todas as informações disponíveis ao público ou ao Congresso tinham origem no Pentágono, resultado da supressão de informações desfavoráveis ao governo.

O autor não deixa de estudar as questões econômicas envolvidas com o conflito. Não falo apenas a respeito de gastos excessivos e licitações cuja transparência é questionável, mas dos interesses particulares de diversos nomes do *staff* da administração do governo de George W. Bush. A ligação de alguns deles com a Chevron, Halliburton e outras companhias petrolíferas é um interessante indicativo de motivos escusos na empreitada militar ao Iraque, segunda maior fonte de petróleo acessível e barato do mundo.

Guerras e imperialismo são irmãos siameses unidos pelos quadris. Cada um se alimenta do outro. Não podem ser separados. O imperialismo é a maior causa da guerra, e guerra é a parteira de novas aquisições imperialistas. As guerras são feitas porque os líderes políticos convencem o povo que o uso da força armada é necessário para defender o país ou alcançar algum objetivo abstrato – a independência de Cuba da Espanha, prevenir uma vitória comunista na guerra civil coreana, manter as repúblicas das bananas da América Central no “mundo livre” ou mesmo levar a democracia ao Iraque. Para uma grande potência, travar uma guerra que não seja para defender a pátria requer geralmente bases militares no exterior por motivos estratégicos. Depois que a guerra termina, é forte a tentação de o vitorioso reter tais bases, e é muito fácil encontrar justificativas para isso. (JOHNSON, 2007, p. 215)

As aflições do Império, de Chalmers Johnson, é como uma continuação de seu aclamado livro anterior, *Blowback*. Na primeira obra, o autor adotou a suposição de que o governo estadunidense estava funcionando mais ou menos como fez durante a Guerra Fria, e destacou o potencial de conflito no Leste Asiático.

Ao evocar as clássicas advertências contra o militarismo – do Discurso de Despedida de George Washington à denúncia de Dwight Eisenhower acerca do complexo militar-industrial –, Johnson (2007) desvela suas raízes no passado remoto.

De volta ao presente, ele mapeia a expansão imperial das bases militares e a vasta rede de serviços que lhes servem de apoio. Oferece um olhar arguto à nova casta de militaristas profissionais infiltrados em vários setores do governo, que classificam de “secretas” quaisquer de suas atividades, e para quem a manipulação do orçamento militar é de vital importância.

O IMPACTO DA PANDEMIA

Já no final do século XX no centro do capitalismo, Forrester nos provocava com seu livro *Horror econômico!*

Forrester não se deixa enganar pelo discurso do “pensamento único”, segundo o qual as maravilhas do capitalismo pós-moderno estão inaugurando a grande nação planetária, preconizada na Carta das Nações Unidas e no pensamento dos sonhadores.

Comentando o trabalho de Forrester, Marilene Felinto (1997) destaca que “O trabalho morreu só nos falta à coragem para enterrá-lo. No mesmo túmulo, é preciso acomodar seu sócio e seu irmão gêmeo, igualmente defunto: o emprego e o desemprego. A morte foi causada pelo distanciamento desastroso entre o território do trabalho e o da economia.”

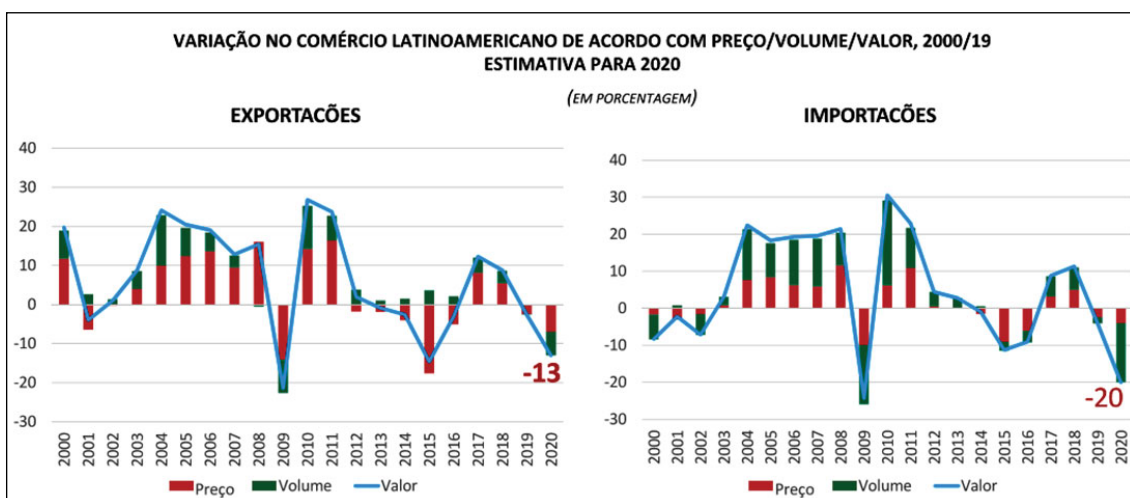
No mundo atual – das multinacionais, do liberalismo absoluto, da globalização, da mundialização, da virtualidade –, o “trabalho”, concebido como um conjunto de empregos de assalariados, é conceito obsoleto, um parasita sem utilidade. A mudança se dá na natureza do capital, que já não é aquele que expunha as garantias do capitalismo de ordem imobiliária; que já não é aquele em que o conjunto dos homens era indispensável para produzir lucro.

No atual modelo econômico que se instala no mundo – sob o signo da cibernética, da automação, das tecnologias revolucionárias –, o trabalhador é supérfluo e está condenado a passar da exclusão social à eliminação total.

No mundo os “solicitantes de emprego” se transformaram em microempreendedores individuais! Pelo fato de se terem tornado patrões, no Uber e assemelhados, nos entregadores de comida!

Forrester (1997, p. 51) faz uma síntese crítica dessa condição:

Não se sabe se é cômico ou sinistro, por ocasião de uma perpétua, irremovível e crescente penúria de empregos, impor a cada um dos milhões de desempregados – e isso a cada dia útil de cada semana, de cada mês, de cada ano – a procura efetiva e permanente desse trabalho que não existe. Obrigá-lo a passar horas, durante dias, semanas, meses e, às vezes, anos se oferecendo todo dia, toda semana, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas. [...] É dessa maneira que se prepara uma sociedade de escravos, aos quais só a escravidão conferiria um estatuto. Mas para que se entulhar de escravos, se o trabalho deles é supérfluo? [...] Não é pouca coisa que toda uma população (no sentido apreciado pelos sociólogos) seja mansamente conduzida por uma sociedade lúcida e sofisticada até os extremos da vertigem e da fragilidade: até as fronteiras da morte e, às vezes, mais além. [...] Eles vivem num mundo sedutor, do qual têm uma visão excitante que, pela sua redução despótica funciona. Funesto, este não deixa de ter um sentido para quem dele participa. Sejam quais forem suas demonstrações sabiamente hipócritas, sua potência é posta a serviço, ou seja, a serviço daquela arrogância que o faz considerar bom para todos aquilo que lhe é rentável. E como natural para um mundo subalterno. Ser sacrificado por isso então não se constitui em nenhum pecado.



Fonte: CEPAL (2020), com base em informações de bancos centrais e institutos de estatística dos países da região. Elaboração: CROCETTI (2021).

Figura 5. Colapso do impacto da pandemia em 2020.

- A recessão interna breiou a recuperação e a dinâmica das exportações e importações.
- Após cair sincronicamente, exportações de bens se recuperam a partir de junho de 2020 mais rápido do que importações.

– Qual será o impacto desses números na precarização do trabalho e no desemprego?

Essas contradições sobre o mercado têm a ver com a democracia política, em que o neoliberalismo, aceito e fundido com a socialdemocracia em diferentes graus, foi substituído pelo “radical liberalismo”, que separa – formal e materialmente – a economia da política.

Esse modelo do agora chamado “ultraliberalismo”, cuja elaboração carece de uma elaboração teórica, se firma mais como uma metáfora, um modismo e um jogo de palavras, que ora extingue o primado da política democrática na gestão do Estado. Esse modelo é defendido por vários acadêmicos como a volta da antiga concepção neoliberal e que pode derrotar o “radical liberalismo” que, segundo eles, já foi “civilizado” pela socialdemocracia! Ou são ingênuos, ou picaretas a serviço do imperialismo, pois ao que tudo indica, o neoliberalismo é tão predatório quanto seu irmão mais novo, essa elaboração alegórica!

Os efeitos das reformas neoliberais criam a sua própria base social e amortecem qualquer resistência de massas aos seus planos reformistas. As reformas obrigam uma massa enorme de trabalhadores a viver apenas no presente, sem perspectivas de proteção de uma seguridade social. São grupos humanos cujo futuro inseguro só se apresentará de forma concreta a médio ou longo prazo, como vem ocorrendo no Chile hoje.

As forças do chamado *ultraliberalismo* – extinguindo o mercado do Estado Social – delegam a fala política diretamente ao “mercado” financeiro, por “fora” dos partidos? Será? Ou os partidos se transformam em representantes do mercado? No Brasil já foi repassado para o mercado o controle do Banco Central, o mercado ocupando o território da política, com suas permissões ou vedações do que pode ou o que não pode na democracia capitalista.

O presidente Bolsonaro se recusa a falar sobre economia (“porque isso é com o Guedes”) e diz que nada “entende” dela. O que exatamente isso quer dizer? Diz que as decisões da economia não passam pela política, logo não passam por eleições, partidos, programas e pluralidade, passam pelo mercado!

Desde a queda da União Soviética, a chamada *guerra híbrida* vem atuando como difusão e propaganda do capitalismo. Nos Estados Unidos, desde a década de 1990, ele vem exercendo a hegemonia político, militar e econômica do mundo, com suas estratégias de globalização, cujo convencimento mundial se deu por meio do programa “Consenso de Washington”.

GUERRA HÍBRIDA É PARA O CONTROLE DOS BENS NATURAIS E ESTRATÉGICOS

Revoltas sociais e mudanças de regimes no Oriente Médio; na América Latina, golpes abertos e suaves (parlamentares); vitórias eleitorais de figuras com um discurso ultraconservador, ou quase vitória, que flertam com um neofascismo nascente, em diversos países, EUA, Brasil, Filipinas, Turquia, Ucrânia, Israel, El salvador e Índia etc.;

fortalecimento das guerras comerciais entre grandes potências como China x EUA; um bombardeio de informações e contrainformações com a produção de pós-verdades; o cerco político e militar cada vez mais forte aos países que ainda mantêm sua soberania como pilar de um desenvolvimento autônomo, como Bolívia, Venezuela e Cuba. Essa série de eventos se encontra em meio a tantos outros em uma conjuntura adversa para a classe trabalhadora.

A crise atual é de dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais em um cenário internacional de reordenamento de forças geopolíticas. Com a degradação gradual e a contestação da hegemonia estadunidense no mundo, ameaçada pelo avanço econômico mundial de outros países, Rússia, Índia, tendo a China como seu principal representante, com ousados projetos que colocam em xeque a hegemonia dos EUA como a Nova Rota da Seda.

As sucessivas crises estruturais do capitalismo foram agravadas pela tentativa de administrar a crise pelo centro do capitalismo. Junte-se a isso o fracasso da globalização “neoliberalismo”, última cartada para salvar o capitalismo de rapina. Agora, com a intensificação da desglobalização, qual seria a grande saída do capitalismo?

Uma das saídas do capitalismo à crise seria a intensificação de uma nova ofensiva neoliberal, com o objetivo de atender a um novo padrão de acumulação capitalista predatório. A voracidade da disputa pelo controle dos bens comuns da natureza tem a ver com a disputa hegemônica e a capacidade de cada grupo capitalista de ter acesso aos recursos valiosos e estratégicos. Vê-se uma espécie de corrida para ocupar os territórios, apropriar-se de bens estratégicos, recursos naturais e empresas públicas lucrativas, e as guerras pontuais hoje são mecanismos de disciplinamento do capital em função de suas necessidades de acumulação.

O grande almoxarifado é a América Latina, onde grande parte desses bens está concentrado. Dos dez países com maior concentração de biodiversidade do mundo, sete são latino-americanos e cinco estão concentrados na América do Sul. Devido a essa concentração, a região é palco de forte pressão estadunidense, sendo o golpe em Honduras em 2009 um marco da retomada de controle da região pelos EUA.

A disputa geopolítica e a guerra híbrida

É fato que o controle desses territórios para o imperialismo sempre foi uma necessidade para manter os ganhos dos grandes conglomerados a partir da exploração. A América Latina e o Caribe, considerados pela geopolítica estadunidense como “quintal” e “zona natural de influência”, ricos em bens comuns naturais, ocupam um lugar central nessas disputas.

Tão fundamental que, na disputa geopolítica mundial, as guerras e os conflitos estimulados pelo imperialismo se desenvolveram exatamente nos territórios em que se encontram as bacias de petróleo. O mapa de atenção prioritária construído pelo Pentágono seguia esse trajeto de todo o campo de petróleo do planeta. As zonas de guerras seguiram a rota do petróleo.

As diversas estratégias de ação do imperialismo têm sido caracterizadas por alguns autores como *guerras híbridas*, uma combinação de guerra não convencional com a insurgência de atores da sociedade civil, tais como as chamadas “revoluções coloridas”,

que abarcam assim forças estatais e uma variedade de atores. Essas formas de ingerência também foram consideradas como a aplicação de uma “doutrina de dominação de espectro total”, ou seja, opera sobre todas as esferas da vida social e, particularmente, no domínio dos corpos, corações e mentes da população.

Consideradas como *guerras assimétricas* ou *guerras difusas*, o que implica intervenção e controle de todas as esferas de reprodução e a organização da vida em uma guerra não declarada, que não reconhece fronteiras e se difunde por todo o corpo social, também são chamadas de “guerras de quinta geração”.

No Dossiê n. 5 (*Lula e a Batalha pela Democracia*), do Instituto Tricontinental, concluiu-se que todo o processo do golpe contra Dilma Rousseff e a prisão sem provas do ex-presidente Lula foram orquestrados com base em métodos de desestabilização política. Uma arquitetura montada com a grande mídia, principalmente o Grupo Globo, o Judiciário e os parlamentares de um lado e grupos financiados externamente, criando *fake news*, mentiras e insuflando uma classe média não engajada contra um governo democraticamente eleito.

A dinâmica da guerra híbrida promovida pelo império é multidimensional e apresentamos aqui apenas algumas dessas dimensões. No Brasil, o emprego mais utilizado e denunciado foi o conceito *Lawfare*, que pode ser entendido como uma guerra jurídica, assimétrica, mediante o uso ilegítimo da justiça, com fins econômicos e políticos.

A dimensão econômica também é chave para gerar uma situação de descontentamento que pode levar aos conflitos diretos no território. A economia é uma arma da desumanizante guerra imperial, em seu formato de guerra híbrida.

No caso da Venezuela, tem início desde o governo de Hugo Chávez, e foi ampliado ao máximo no governo Maduro: com o crescimento do controle das intervenções estrangeiras, houve promoção da saída de capitais, especulação sobre a moeda, instrumentalização de novas travas comerciais que impulsionaram o desabastecimento programado do país, todas essas modalidades e formas concretas de intervenção do Império nessa guerra híbrida. Essa estratégia começou em 2009 como ensaio em Honduras e foi intensificada depois de 2012, atingindo seu auge de 2015-17, num maior grau de beligerância e agressividade contra o povo latino-americano.

Além da guerra econômico-financeira, do desabastecimento e das operações militares, é imprescindível a guerra psicológica, cultural e de comunicações, com o objetivo de criminalizar o governo popular por meio da manipulação de narrativas.

Além das tradicionais corporações midiáticas (televisão, jornais impressos e rádio), a internet ampliou muito essas ferramentas. As redes sociais e ferramentas comunicacionais possibilitam a montagem e manipulação de enormes bancos de dados que recompilam, identificam e classificam opiniões, sentimentos e desejos da população.

Entender o que está em jogo é determinante. Para manter o controle dos territórios estratégicos, os EUA precisam destruir todo processo de soberania construído pelos países onde estão os bens naturais. Os métodos são variados e têm o claro objetivo de alinhar os países aos interesses do imperialismo, sem nenhuma possibilidade de desenvolvimento autônomo e soberano.

Diante disso, a Venezuela é o epicentro dessa guerra no continente. Mas a guerra que se trava não é apenas da Venezuela, mas de toda a América Latina. As disputas e tensões que hoje têm lugar na Venezuela condensam os aspectos-chave da ofensiva neoliberal, inclusive devido aos efeitos regionais que teriam a frustração e a derrota da experiência bolivariana. Defender essa experiência é um dos desafios das forças progressistas e de esquerda no mundo.

Saber como o imperialismo e seus aliados têm se movimentado é primordial para levantar os desafios que competem às forças populares. Entre os muitos pontos, reforçamos a defesa pela soberania, que se apresenta como um eixo importante a ser desenvolvido para acumular nesses tempos contra o entreguismo das classes dominantes diante das exigências estrangeiras.

A Amazônia – um dos territórios mais importantes a nível regional e global, onde se concentram bens naturais, biodiversidade, diversidade cultural e social – é fundamental para a hegemonia dos Estados Unidos no continente não só pela particularidade natural da região mas também pelo fato de a sua extensão por nove países ser uma potencial ligação intercontinental.

Como analisado no Dossiê n. 14 do Instituto Tricontinental, desde o golpe no Brasil, em 2016, a ofensiva de empresas mineradoras e do agronegócio sobre o Estado tem pressionado a criação leis e modificações no código da mineração, liberação em massa de agrotóxicos e acesso e exploração das terras. Tais alterações afetam diretamente a Amazônia e a atuação dessas empresas na região. Diversas medidas foram tomadas para facilitar o licenciamento ambiental, autorizar mineração em terras indígenas e em áreas de fronteira, provocar a internacionalização de terras, intensificar a exploração e beneficiamento do nióbio e grafeno, que trará consequências para a Amazônia e para todo o país.

Entre os países que compõem a região amazônica está a Venezuela, país chave na ofensiva imperialista, devido às imensas reservas de petróleo e sua posição estratégica. O objetivo estadunidense é recuperar a Venezuela como espaço privilegiado para a produção petroleira, garantindo, inclusive, que a exploração seja feita por empresas estadunidenses, em especial a Esso e a Chevron, e economizar recursos em transporte, como citado no Dossiê n. 17 do Instituto Tricontinental.

Dentre as dez maiores empresas multinacionais que operam no continente, uma é do Reino Unido, uma do Brasil, duas da Austrália, três dos EUA e três do Canadá. De todas as empresas de mineração no mundo, 60% delas estão sediadas no Canadá.

O Apontamento n. 1 do Instituto Tricontinental mostra como as grandes empresas da mineração atuam nesses continentes utilizando uma repressão política, que inclui estupro de crianças, assassinato e migração forçada, para minar a oposição em relação a infraestruturas e condições de trabalho perigosas. O desmatamento, a contaminação da água, o envenenamento por cianeto e outras infrações ambientais ocorrem simultaneamente com as violações de direitos humanos.

NEUROPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA

O paradoxo no pensamento ocidental entre razão e emoção, que hoje vai se dissipando, tem uma longa história. O ponto de rejeição ou, no mínimo, de suspeita em relação aos sentimentos, no que toca ao comportamento e à organização política das sociedades, é carregado de uma longa tradição, desde os fundadores da filosofia política clássica, chegando à forma mais acabada no Iluminismo francês, especialmente com Descartes.

Principalmente no Ocidente, as emoções, que Platão chamava de “cavalos selvagens”, eram um lembrete incômodo de etapas menos sofisticadas da trajetória evolutiva da espécie, os impulsos emotivos vistos como uma potencial ameaça à qualidade das decisões políticas, embora algumas abordagens reconhecessem seu papel “instrumental”, como as que são encontradas em Maquiavel e Hobbes.

Pode-se dizer que emoções são reações complexas, imediatas diante de estímulos variados, em um processo extremamente rápido que não requer esforço consciente. Elas engajam nossas mentes e nossos corpos.

São reações subjetivas (como raiva ou medo) e neurofisiológicas (sudorese, tensão muscular, batimentos cardíacos acelerados, contração do estômago, dilatação da pupila, sorriso, náusea, entre outras). Essa é a visão predominante nos dias atuais.

A chave da emoção estaria inteiramente dentro do cérebro, não dependendo de nenhuma espécie de leitura das reações físicas. LeDoux (1996) chama atenção para o fato de que, apesar de pesquisadores como James e Cannon terem divergido, eles concordaram na constatação de que as emoções produzem sensações diferentes dos estados não emocionais em razão de suas reações físicas.

Pesquisas de Shachter-Singer e Stuart Valins, tentando mostrar a natureza do fluxo da cognição à emoção, terminariam por recuperar um conceito que já estava implícito nos clássicos de Aristóteles, Descartes e Spinoza e que associava as emoções às interpretações cognitivas de situações concretas (LeDoux, 1996).

Cérebro político – o papel da emoção na decisão sobre o destino da nação (WESTEN, 2008)

A ciência explica por que no voto a emoção pesa mais que a razão. A descoberta de que escolha do candidato não é racional foi realizada em pesquisas nos EUA. Isso impõe um questionamento sobre o sentido da ideia de democracia representativa.

Como o eleitor escolhe seus candidatos? A resposta, já há tempos intuída por políticos e marqueteiros e que agora ganha apoio da neurociência, é que, na definição do voto, as emoções são significativamente mais importantes que a razão.

Experimentos conduzidos nos EUA pelo psicólogo Westen (2008) mostram que, com base apenas em questionários de cinco minutos sobre os sentimentos das pessoas em relação a certos temas, é possível prever com 80% de acuidade a resposta que elas darão a perguntas bastante precisas, como “O presidente mentiu ou disse a verdade?”, “A Constituição autoriza ou não a adoção da medida proposta pelo governo?”.

Enriquecer esse modelo com conteúdos mais propriamente racionais, considerando também informações sobre a situação em que o presidente teria mentido, por exemplo, tem impacto negligenciável nas previsões, que ganham apenas entre 0,5 e 3 pontos percentuais de precisão. Em outras palavras, a realidade é só um detalhe para o eleitor, que raramente muda sua opinião em virtude de fatos que lhe sejam apresentados.

As implicações dessas descobertas, que vão ganhando atenção crescente dos departamentos de psicologia e ciência política nos Estados Unidos, não são triviais.

Se o voto não é o resultado de uma escolha racional e ponderada do cidadão – e poderia, em princípio, ser substituído por um teste de personalidade, a ideia da democracia representativa continua a fazer sentido?

Em outro estudo, *The Political Mind* (a mente política), o linguista e cientista cognitivo Lakoff (2008) explica por que os cérebros de conservadores e progressistas funcionam de forma diferente (e inconciliável).

Lakoff (2008) advoga a fundação de um “novo Iluminismo”, no qual a razão deixaria de ser idealizada como uma máquina de calcular objetiva e desapaixonada e passaria a ser considerada como de fato é: um processo bem menos razoável, no qual 98% das decisões ocorrem inconscientemente e sob influência de emoções que nem sequer desconfiarmos possuir.

Enquadramentos ideológicos (*Frames*)

Segundo demonstra a pesquisa de Lakoff (2008), o cérebro político pensa em termos de *frames* (enquadramentos) e metáforas. Podemos chamar uma milícia armada que lute por uma causa determinada de *terroristas* ou de *combatentes da liberdade*. E isso faz toda a diferença!

O estudo deixa claro que *frames* são mais que etiquetas ideológicas que pregamos a objetos. A capacidade dos neurônios de se conectar em redes que podem ser ativadas por contiguidade semântica faz com que as palavras escolhidas tenham o dom de comunicar sentimentos. Sem nos dar conta, sempre que lemos a palavra *terror*, sensações de angústia e medo são acionadas. De modo análogo, a palavra *liberdade* dispara estímulos positivos. Esse entendimento fica claro se prestarmos atenção nas narrativas da extrema direita: eles recebem treinamentos e seguem cartilhas e orientações, e a utilização desses *frames* predefinidos em suas manifestações são vistas cotidianamente no MBL, evangélicos pentecostais, 300 do Brasil etc.

Experimentos de Westen (2008) mostraram que a ativação dessas redes, embora inconsciente, influencia fortemente as nossas decisões. Assim, os embates políticos não se resolvem tanto no plano das propostas, mas principalmente das narrativas que partidos e postulantes escolhem para contar suas histórias e transmitir seus valores. Devem constituir uma história fácil de contar e que fale ao cérebro emocional do eleitor.

Especialmente para Lakoff (2008), metáforas são muito mais que um recurso linguístico para explicar ideias. Elas são a matéria-prima do pensamento e têm existência física no cérebro. Pares de ideias frequentemente disparadas juntas acabam se consolidando numa rede neuronal que se torna mais forte na medida em que vai sendo mais utilizada.

Sempre que uma conexão é ativada, ela inibe o acionamento de redes alternativas que possam existir. O viés do militante em favor de seu partido não é necessariamente mau-caratismo. Ele de fato percebe o mundo de forma menos objetiva.

Moderação

O paradigma é: a democracia ainda para em pé? Num quadro em que as decisões dos eleitores são principalmente fruto de uma combinação de propaganda subliminar com estímulos consolidados ao longo dos primeiros anos de vida, faz sentido determinar o destino da nação através do voto?

Sim! Antes de tudo, nem toda pessoa é um militante radical e nem todas as questões debatidas são politicamente explosivas. Existe um número significativo de pessoas que não são veementes cegas em suas convicções políticas e adotam ora visões de mundo ultraconservadoras, ora são progressistas, dependendo do assunto. De forma geral, é esse contingente que acaba definindo o resultado de eleições. Não deixa de ser uma virtude da democracia que os destinos de um país sejam definidos pelos mais moderados.

Outro ponto é que, embora seja difícil contornar conexões neuronais já consolidadas, isso não é impossível. Discursos que ofereçam *frames* alternativos e explicitem os processos mentais em operação podem levar o eleitor a mudar de ideia, constituindo uma forma legítima de persuasão política. Geralmente os oportunistas vão por esse caminho, batem na direita e na esquerda e se apresentam numa espécie de terceira via.

Apesar de as democracias modernas terem sido concebidas por filósofos iluministas que as moldaram segundo uma concepção de razão que hoje sabemos falsa, o fato é que há mais de 200 anos elas vêm se mostrando um sistema bastante funcional, capaz, na maioria das vezes, de autocorrigir-se.

O JOGO DA DIREITA

O Mérito Supremo consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar.
Sun Tsu (Filósofo e estrategista militar chinês, 2000 anos a.C.).

A partir de 1945 inicia-se nos EUA um processo hegemônico capitalista que teve início no século XIX, mas se aprofundou com a hegemonia imperialista dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, demonstrados nos conflitos seguintes: Guerra da Coreia, Vietnam, Guerra fria, guerra tecnológica e híbrida.

Essa hegemonia compreende a necessidade de estar respaldado por uma propaganda massiva, objetivando criar medo e insegurança na população, de modo a que esta aceite passivamente gastos exorbitantes e agressões violentas à soberania de outros países em troca de uma suposta segurança, que a cada dia se mostra tênue. A suposta guerra contra o terrorismo não impediu que, no passar dos anos, outros atentados ocorressem.

Segundo pesquisa de geopolíticos, o estado profundo dos EUA tem sua origem no final do século XIX, e sua gênese remonta a Guerra Civil estadunidense, em que

a oligarquia aristocrata conservadora começou a esboçar a construção de um Estado paralelo de poder nos EUA, principalmente pelos poderosos de Nova York, comerciantes, banqueiros, industriais e o financiamento de judeus que migraram para EUA no final século XVII, muitos deles expulsos do Brasil de Recife.

A consolidação do *Deep State* teve sua organização orgânica, doutrinária e projeto de poder para tomar o Estado estadunidense nos anos 1950. Um de seus braços estratégicos foi o macarthismo e, com a revolução de Cuba 1959, ganha uma ação articulada, uma organização profissional e contínua. Não só tomam de assalto os aparelhos administrativos do Estado estadunidense, como passam a realizar ações terroristas (citadas em textos de pesquisa de geopolíticos) como o assassinato do presidente Kennedy. Depois desse fato, passam a comandar o chamado *Estado de poder paralelo*, *Deep State*, criando vários aparelhos e células articuladas para monitorar e achar o tesouro público dos EUA para seu benefício privado. Articularam-se com as forças armadas, com empresas de tecnologia, principalmente as bélicas.

No final dos anos 1960, início dos 70, se constituíram num aparelho formal para exercer sua hegemonia, tomando também o Estado de direito. Com seus aparelhos, passam a fazer estudos de estratégias de geopolítica para ter o controle total de todas as ações do Estado e começam investir no Poder Judiciário (controle da suprema corte, promotores etc.), Legislativo (construção de bancadas de parlamentares profissionais, lobbies) e Executivo para o controle de governadores, presidentes e aparelhos estratégicos, FBI, CIA, NSA, Pentágono etc.).

Outra estratégia foi ocupar cargos chaves em corporações empresárias, facilitando aquisições de concorrentes, concentrações industriais, com o objetivo do controle do circuito produtivo estratégico estadunidense, criando monopólios e oligopólios alinhados com sua ideologia.

Mas um dos *insights* geniais foi a elaboração de uma estratégia para captar e aparelhar seitas religiosas pentecostais, para dar suporte a suas ações ideológicas através da doutrinação religiosa evangélica. Nos anos 1970, é criada a teologia da prosperidade, com o objetivo de ser um aparelho ideológico a serviço da elite aristocrata estadunidense.

Levou quase 40 anos para chegar ao poder total global. Hoje, além da máquina de guerra e das milhares de bases de guerra, os EUA têm um reforço ideológico religioso de controle de corações e mentes como nunca visto antes na história da humanidade.

É a nova ICAR com seus templários do século XXI.

Como uma deusa, Nêmesis representa um aviso de que nem homens e mulheres, nem países podem ignorar indefinidamente as demandas de justiça e honestidade recíprocas. Ela é o espírito de retribuição, um corretivo para a ganância e a estupidez que às vezes governa as relações entre as pessoas. A intérprete mais famosa da cultura grega antiga da América, Edith Hamilton, nos diz que Nêmesis significa “raiva justa”. Se for esse o caso, devemos saudar sua chegada, pois se não despertarmos logo para a traição indiscriminada de nossos valores políticos básicos e oferecermos nossa própria expressão de justa raiva, a república estadunidense estará tão condenada quanto a república romana depois dos idos de março, naquela primavera de 44 a.C. (JOHNSON, 2008, tradução nossa)

Guerra híbrida, a farsa distópica de “democracia”, o Império do Caos!

Em seu livro *Confissões de um assassino econômico*, Perkins (2005) relata que seu trabalho consistia em atuar como um assassino econômico. É uma narrativa de sua carreira como consultor da empresa Chas T., como *main*, cargo para o qual foi recrutado por um membro da Agência de Segurança Nacional estadunidense, NSA. Em seu relato, expõe intrigas internacionais, corrupção e atividades pouco divulgadas do governo estadunidense e de grandes empresas multinacionais, com consequências avassaladoras para a democracia e para o mundo como um todo.

Os “assassinos econômicos”, explica Perkins (2005), são profissionais altamente remunerados cujo trabalho é lesar países de todo o mundo, desviando recursos da ordem de trilhões de dólares. Ele próprio foi um assassino econômico. O trabalho dele era convencer países estrategicamente importantes para os Estados Unidos a aceitar volumosos empréstimos para a construção de infraestrutura e grandes projetos de extração de recursos naturais estratégicos e assegurar que os projetos lucrativos fossem contratados junto às empresas estadunidenses.

Como agiam

Os agentes manipulavam recursos financeiros do Banco Mundial, da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), além de outras organizações internacionais e estadunidenses. Por meio de empréstimos, eles canalizariam verbas de países para grandes corporações e oligarquias locais (famílias abastadas) que controlam grandes fontes de recursos naturais.

Perkins (2005) afirma que seu trabalho era manipular relatórios financeiros, fraudar pleitos eleitorais, extorsão, sexo e assassinato. Um assassino econômico seria um empregado do imperialismo!

Objetivos

Perkins (2005) revela que seu objetivo era fazer com que lideranças políticas e financeiras de países em desenvolvimento fizessem grandes empréstimos de instituições como o Banco Mundial e a USAID, a fim de construir obras de infraestrutura para seus países.

Os recursos dos empréstimos eram acordados para retornarem para Estados Unidos, por meio de contratos fraudulentos e com preços superfaturados, pois as empresas encarregadas das obras seriam invariavelmente estadunidenses. Os países beneficiados se veriam asfixiados com os pagamentos dos juros e as amortizações do principal dos empréstimos. Essa chantagem subordinava os países à pressão política dos Estados Unidos em diversas áreas.

A “nova” política do Império!

É bom lembrar que Obama esteve à frente do projeto *Lawfare*, que derrubou Manuel Zelaya, Lugo no Paraguai, e articulou o desmanche da Primavera Árabe, espionagem na Petrobrás, grampo e derrubada da Dilma. Sem falar na pressão e instabilidade na Venezuela, no Irã, na Síria etc. etc. E organizou a prisão do Lula!

O bombardeio midiático continua. As agências de notícias e as redes de televisão compõem o aparelho ideológico de que os Estados Unidos se valem para manter seu domínio na América Latina, agora com reflexos nas redes sociais.

Biden foi uma vitória simbólica. Dependendo das circunstâncias, a América Latina, que já vem lutando como um Titã, pode avançar como foi na década de 1970 com Jimmy Carter. Mas sejamos prudentes em termos de política internacional e dos interesses do Estado paralelo dos EUA (*Deep State*). Como será?

É bom lembrar que Biden era vice de Obama e articulou a aprovação da Guerra ao Terror junto com o vice de Bush Jr., Cheney, com o *patriot act*. E no governo de Bush Jr e Obama, participou no aparelhamento do Estado Islâmico, depois deu um depoimento fazendo *mea-culpa*.

Depois de iniciada a nova geopolítica dos EUA em 2012, Richard Bruce Cheney articulou com Joe Biden a lei cujo objetivo era rastrear o dinheiro global, por meio do controle do capital, bloqueio de recursos de países hostis aos EUA, com o pretexto de combater a lavagem de dinheiro ilícito, que financia atos de terrorismo. Foi criado o Dot Bank, primeiro banco digital em escala global, O Dot Bank é uma rede de franquias e nela o franqueado é como se fosse à agência da marca na cidade dele, onde atuará vendendo os produtos e serviços oferecidos no modelo *home office*, sem atendimento físico. O investimento na franquia é de R\$ 6 mil (já somados a taxa de franquia + capital de giro) e promete um lucro líquido de 15% a 20%.

Escobar (2020b) argumenta que, nessas circunstâncias,

O Estado Profundo raciocina que, com Biden – ou, mais cedo do que se espera com Kamala, a Shakti Suprema e Maa Durga Comandante-em-chefe – a trilha torna-se mais suave rumo ao Grande Reset do Fórum Econômico Mundial. Afinal, para reiniciar peças de xadrez, primeiro é preciso derrubar o tabuleiro. Será um passo além da “Operação Inverno Escuro” – a qual, não por acaso, foi evocada pelo próprio Biden repetidor de *Teleprompter*, no derradeiro debate presidencial em 2020. O roteiro é agourentamente semelhante ao do “Lock Step” de 2010, da Fundação Rockefeller.

Enquanto isso, o Plano B é mantido em prontidão: as linhas gerais de um massacre global, focado na esfera de influência da Rússia “maligna”, para satisfazer uma OTAN “ressuscitada” e o complexo militar-industrial, que selecionou como presidente BIDEN, antes de mais nada, porque não passa de figurinha de cartolina perfeitamente dobrável.

Decadência dos EUA

1. Organização orgânica do *Deep State*, Estado Paralelo:
1961/63 – Assassinatos Kennedy, Movimento Negro;
1965 – Malcolm X;
1968 – Luther King;
1969 – Nixon articulação e formalização institucional do *Deep State*.
2. 1971 – Nixon fim do padrão ouro, paridade do Dólar;
3. 1973/79 – Crise do petróleo;
4. Crise política 1974/75: Guerra do Vietnã, Watergate;
5. Revolução Sandinista – Nicarágua 1979 (Reagan financia os Contras em Honduras);
6. Crise econômica (Nasdaq) associado 2001, ataque aos EUA;
7. Crise financeira global. Crise das hipotecas;
8. Crise do coronavírus

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estratégias do terror

Como sabemos, um dos maiores fenômenos contemporâneos encontra-se ancorado na geopolítica militar global: as *guerras híbridas*. Trata-se da arte de desestabilizar os países por meio de recurso no qual as intervenções militares encontram-se situadas em segundo plano e são substituídas por tempestades de insatisfações difusas.

Em suma, isso significa que países como os EUA se aproveitam de problemas identitários em um Estado-alvo a fim de mobilizar uma, algumas ou todas as questões identitárias mais comuns para provocar grandes movimentos de protesto, que podem então ser cooptados ou dirigidos por eles para atingir seus objetivos políticos.

A desorientação social e política no Brasil tem sido alarmante. No passado, colhemos e internalizamos a divisão política e ideológica produzida pela Guerra Fria e hoje nos deparamos com os devaneios identitários, que insistem em uma política de ódios difusos. Vivemos entre uma hipotética esquerda multiculturalista e conservadores terraplanistas, intolerantes retrógados e medievalistas.

Em breve, as plataformas de telecomunicações de quinta geração, cem vezes mais rápidas que os sistemas atuais, vão eliminar a latência e tornar possível hospedar novos aplicativos para tornar mais vantajoso o florescente oceano de dados, adaptando anúncios de uma realidade absurda para cada indivíduo – influenciando campanhas de todo o gênero. Conectividade omnipresente e *deepfakes* (*falsificações profundas*) impecáveis podem em breve permitir, quem sabe, que vários bilhões de pessoas vivam sua própria realidade customizada: cada um, um alvo; cada um, uma arma.

“*Terroristas são assassinos e como tal serão assim tratados pelos Estados Unidos*”, disse George W. Bush, presidente dos EUA, 2002. Essa foi a justificativa pelos assassinatos

seletivos que tiveram início em 2002, com a nova geopolítica dos EUA, “a Guerra ao Terror”. A política de “assassinatos seletivos” da CIA foi praticada há 50 anos, afirmou em 2016 Jeffrey Smith, ex-conselheiro-geral da CIA.

Durante as décadas de 1950 até 1974 a CIA deu início a uma política de “assassinatos seletivos” por meio da qual tentou eliminar, direta ou indiretamente, inimigos no Estado. Esta política contribuiu para moldar o ódio aos EUA e o antiamericanismo no mundo, conforme Jeffrey-Jones (2004), professor de história estadunidense na Universidade de Edimburgo, Escócia.

A CIA sentiu-se no direito de invadir a soberania de outros países e assassinar pessoas sem prendê-las ou julgá-las. Isso foi retomado na geopolítica da Guerra ao Terror em 2001. Esta política foi banida por Gerald Ford em 1976, por meio de uma ordem executiva renovada por Ronald Reagan em 1981 e foi válida até 2001, quando foi revogada por Bush Jr.

Aviões não tripulados Predador da CIA iniciaram ataques e assassinatos em 2002, no Iêmen e em países no Oriente Médio, a supostos membros da rede Al Qaeda. Esses “assassinatos foram uma vitória da civilização contra a barbárie” afirmou na época o presidente dos EUA, George W. Bush.

No livro *Os bruxos de Langley*, Richelson (2001) define a política de assassinatos dos EUA como um fracasso e ressalta que a CIA agiu como “uma gangue que não atira direito”.

Richelson (2001) comenta que,

Apesar de todos os esforços, nunca conseguimos matar alguém importante nesse período. Fidel Castro é a prova viva de nosso fracasso. A CIA tentou matá-lo com toxinas de crustáceos administradas por meio de agulhas, bactérias em forma líquida, charutos e lenços tratados com bactérias e até um, sobretudo coberto com substância tóxica, nada funcionou.

No centro da elite do poder estadunidense, as consequências desastrosas da invasão e ocupação do Iraque provocaram uma crise ainda mais profunda do que a desencadeada pela derrota no Vietnã, há 30 anos. Para cúmulo da ironia, essa crise afeta o pacto de poder de ultranacionalistas e neoconservadores (*Deep State*) que se formou nos anos 1970, exatamente para tentar pôr fim à “síndrome do Vietnã”, restaurar o poder estadunidense e fazer reviver o “anseio de vitória”, ou, por outras palavras “a América é grande novamente”!

O fato de não ter havido protestos em massa populares e organizados, como durante a guerra do Vietnã, ocorreu, sem dúvida, em razão de o exército ter sido composto principalmente de mercenários egressos dos meios sociais mais pobres, bem como pelo fato de essa guerra ter sido financiada de forma precária pelos capitais estrangeiros (por quanto tempo mais?).

Circularam no círculo do poder mensagens como “erro de dimensão histórica” e pediam a cabeça do Trump. Ou ainda como falou o ex-diretor do Conselho Nacional de Segurança, Zbigniew Brzezinski, que qualificou a Guerra ao Terror e a ocupação do Iraque e Afeganistão de “calamidade histórica, estratégica e moral”.

Sabemos que nenhum desses críticos institucionais poderia ser de algum modo considerado “santo”: sejam quais forem suas afiliações políticas ou opiniões pessoais, eles foram, ou ainda são, guardiães do poder, gestores do Estado de segurança nacional. Foram, por vezes, agentes de intervenções imperialistas abertas ou clandestinas, empreendidas no “Terceiro Mundo” durante e depois da Guerra Fria. Foram (ou ainda são) “gestores de sistema” do aparelho burocrático de segurança nacional, que o sociólogo Charles Wright Mills (1982) foi o primeiro a dissecar e cuja função é produzir e reproduzir o poder.

Para a elite no poder dos Estados Unidos, manter-se no topo do mundo há mais de meio século é considerado um fato natural. A hegemonia, como o ar que respiramos, tornou-se um modo de ser, um estilo de vida, um estado de espírito. Os críticos institucionais “realistas” são, certamente, mais prudentes do que aqueles a quem criticam, mas não dispõem, ainda, de um quadro conceitual onde as relações internacionais sejam baseadas em outra coisa que não a força, o confronto ou a predominância estratégica.

A crise atual e o impacto crescente dos problemas mundiais, sem solução no âmbito nacional, originarão, talvez, novos impulsos em matéria de cooperação e interdependência. Em todo caso, é preciso esperar. Mas é provável que a política norte-americana permaneça imprevisível: como mostram todas as experiências pós-coloniais, desfazer um império pode ser um processo longo e traumático.

Os EUA sempre procuraram silenciar os dissidentes e há anos vêm tentando prender e remover o jornalista investigativo Julian Assange e sua equipe de colaboradores no *WikiLeaks*. Suas revelações tiveram um impacto gigantesco contra as guerras estadunidenses no Oriente Médio, no sul Ásia, África e América Latina. O *WikiLeaks* ganhou legitimidade com novos críticos denunciando: Chelsea Manning, Edward Snowden, William Binney e outros forneceram novas evidências devastadoras das grosseiras manipulações e falsificações do governo dos Estados Unidos. E também foram perseguidos e silenciados.

Edward Joseph Snowden é um analista de sistemas, foi administrador de sistemas da CIA e contratado da NSA. Em 2013, tornou públicos vários programas que constituem o sistema de vigilância global da NSA. A revelação deu-se através dos jornais *The Guardian* e *The Washington Post*, dando detalhes da Vigilância Global de comunicações e tráfego de informações executada por meio de vários programas, entre os quais o programa de vigilância *PRISM* dos Estados Unidos, revelando a extensão da vigilância global e espionagem pelos Estados Unidos, realizadas por meio da NSA.

William Edward Binney era um alto oficial de inteligência da Agência de Segurança Nacional (NSA). Em 2001, denunciou as atividades paralelas dentro da NSA relacionadas aos projetos de nome *ThinTread* e *TrailBlazer* e o *Stellar Wind*, programas de vigilância e espionagem global da NSA.

Os EUA já vêm operando os programas de vigilância e espionagem global da NSA, *ThinTread* e *TrailBlazer* e o *Stellar Wind* e principalmente o *PRISM* (também programa de vigilância), que coleta os dados enquanto estes passam pelos cabos de fibra e infraestrutura da Internet, ficou conhecido como *Coleta Upstream* (rio acima), termo usado pela NSA.

O *Prism* coleta os dados que são posteriormente analisados e armazenados por meio de outros programas de vigilância que fazem parte do sistema de vigilância e espionagem implantado pela NSA. Outro exemplo de programas que utilizam os dados coletados pelo PRISM é o MYSTIC, programa que é parte integrante e crítica do PRISM, para interceptação de áudio (voz) e capaz de gravar 100 por cento das chamadas telefônicas de um país estrangeiro, o que permite à NSA ou a outras agências estadunidenses retroceder e ouvir na íntegra conversas telefônicas, mesmo um mês depois de terem ocorrido.

Metas do Grande Reinício (*The Great Reset*)

Em uma reunião virtual que aconteceu nos dias 25 a 29 de janeiro de 2021 do Fórum Econômico Mundial (FEM), líderes globais das Nações Unidas, Reino Unido, Estados Unidos, Fundo Monetário Internacional (FMI) e corporações multinacionais discutiram e anunciaram um plano para reiniciar toda humanidade, incluindo a economia mundial. Esse plano é conhecido como “O Grande Reinício” ou, em inglês, *The Great Reset*. E agendaram o Fórum de Davos 2021 presencial, programado para ser realizado entre os dias 17 e 20 de agosto de 2021 em Cingapura e cujos pontos são os seguintes:

- Eliminar todo o papel-moeda e utilizar a criptomoeda DES (Direitos Especiais de Saque), que já foi utilizada em 1970, 1979 e 2009 para injetar liquidez no sistema financeiro;
- Reforma tributária global com maiores impostos para fortunas, chegando a 90% para fortunas acima de US\$ 2 bilhões;
- Criar dificuldades para as empresas moverem ativos para paraísos fiscais. Remover do mercado qualquer empresa ou organização que não seja “verde”, como a indústria da carne ou do petróleo;
- Estimular o consumo de produtos com o “selo verde”. Os governos devem dar preferência na lista de subsídios e cupons ao consumidor para esses produtos;
- Fomentar títulos verdes tanto quanto possível. Qualquer banco central que esteja considerando o uso da flexibilização quantitativa devem usar títulos verdes;
- Acabar com qualquer tipo de combustíveis fósseis em todo o mundo;
- Vacinação mandatória e passaporte mundial (APP) com rastreamento genético.

Propostas agendadas para agosto:

Mais um ano, o Fórum de Davos versará sobre os assuntos mais urgentes que terão que ser tratados durante o ano, definindo assim a agenda global de 2021. Estes assuntos se estruturam em torno de sete grandes eixos:

1. Como salvar o planeta;
2. Economias mais justas;
3. Tecnologia para o bem;
4. O futuro do trabalho.

Qualquer pessoa que tenha um celular pode acessar os materiais de cursos para ter um diploma de Harvard, participar da *gig economy* ou encontrar financiamento para seu novo projeto. Trata-se de uma mudança profunda e muito recente. As tecnologias estão alterando para o bem nossas vidas econômicas e sociais, mas também ajudam em nossa adaptação. No entanto, a história sugere que deixar tudo nas mãos do mercado, da Quarta Revolução Industrial nos levará a um longo e prejudicial período de descontinuidade. Podemos prever o que vai acontecer e sabemos que teremos que adquirir novas habilidades, no entanto o que vamos fazer a respeito?

5. Empresas mais justas;
6. Futuros mais saudáveis;
7. Além da geopolítica.

Existem mais 200 nações, uma proliferação de centros regionais de poder e uma realidade irrefutável: estamos juntos nisso. A boa notícia é que quando nos propomos a fazer alguma coisa, mais justa mais saudável, realmente podemos conseguir que nossa ação internacional seja realizada de forma unificada, como quando tratamos da deterioração da camada de ozônio ou quando chegamos ao Acordo de Paris para limitar as mudanças climáticas. A notícia não tão boa é que o nível dos desafios que teremos que enfrentar exige muitos mais casos de sucesso. Precisamos passar da geopolítica e da rivalidade internacional para a colaboração global como única solução possível. As nações terão de mudar.

O centro do sistema dá as cartas, pauta a política. Resumindo: não faça ou que eu faça, faça o que eu digo!

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- AMIM, S. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, P. (org.). **Pós-neoliberalismo I**: As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, [1981]1991.
- BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M. et. al (org.). **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 51-71.
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe**. Nova York: Nações Unidas, 2010, CEPAL. **Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe**. Santiago:

- CEPAL, 2019.
- CEPAL. **Perspectivas del Comercio Internacional de América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2020
- CHANG, H. **Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- CHESNAIS, F. **Finance Capital Today: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Leiden: Brill, 2016.
- CROCETTI, Z. S. **A crise do capital e o uso do território**. Curitiba: Letra das Artes, 2019.
- CROCETTI, Z. S. Geografia do Neoliberalismo. In: **Anais do 1º ENSULGEO**. Curitiba: AGB/Curitiba, 2003.
- DAVIS, M. et al. **Coronavírus e a luta de classes**. [S.l.]: Terra sem Amos, 2020.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ESCOBAR, P. China locked in hybrid war with US. **Asia Times**, 17 mar. 2020a. Disponível em: <[https:// asiatimes.com/2020/03/china-locked-in-hybrid-war-with-us/](https://asiatimes.com/2020/03/china-locked-in-hybrid-war-with-us/)>. Acesso em: 21 maio 2021.
- ESCOBAR, P. Primeiro, uma guerra civil em andamento. **Dossier Sul**, 12 nov. 2020b.
- ESCOBAR, P. How black swans are shaping planet panic. **Asia Times**, 11 mar. 2020c. Disponível em: <<https://asiatimes.com/2020/03/how-black-swans-are-shaping-planet-panic/>>. Acesso em: 20 maio 2021.
- FELINTO, M. Um manifesto contra o horror econômico. **Folha de S. Paulo**, 15 jun. 1997.
- FONTANEL, J. **A globalização em análise**. Lisboa: Piaget, 2007.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.
- GEJO, O. H. **La Cuestión Periférica**. Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt. 1997.
- GOODWIN, J. et al. **Rethinking Social Movements: Structure, Meaning, and Emotion**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- GRAHAM, S. **Cidades sitiadas – O novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016
- HUNTINGTON. S. P. **O choque de civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Disponível em: <[https:// thetricontinental.org/pt-pt/brasil/](https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/)>.
- JEFFREY-JONES, R. **Historia de los Servicios Secretos norte-americanos**. Barcelona: Paidós, 2004.
- JOHNSON, C. **As aflições do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- JOHNSON, C. **Nêmesis: os últimos dias da república estadunidense**. New York: First Holt Paperbacks Edition. 2008.
- KAPLAN, R. D. **A vingança da Geografia**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- KLEIN, N. **A Doutrina do Choque**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KONDRATIEFF, N. D. [1939] **The Long Wave Cycle**. London: E. P. Dutton, 1984.
- KONDRATIEFF, N. D. The long waves in economic life. **Review of Economics and Statistics**, Londres, v. 17, p. 105-15, 1935.

- KOOPMANS, R; STATHAM, P (eds.) **Challenging Immigration and Ethnic Relations Politics: Comparative European Perspectives**, Oxford: Oxford University Press, 2000.
- KORYBKO, A. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LAKOFF, G. **The political mind** [A mente política]. Berkeley: Universidade da Califórnia, 2008.
- LAVAREDA, A. O papel das emoções e do inconsciente. **REVISTA USP**, São Paulo: n. 90, p. 120-146, jun.-ago. 2011.
- LeDOUX, J. **The Emotional Brain**. Nova York: Simon & Schuster, 1996.
- LOSURDO, D. **A linguagem do Império**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAMIGONIAN, A. **Ciclos econômicos e organização do espaço**. Florianópolis: EDUFSC, 1998.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, UFSC/CFH/GCN, n. 2. Imprensa Universitária, 2000.
- MARX, K. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. I, II e III.
- MARX, K. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858**. 11. ed. Madrid: Siglo XXI, 1980. v. 1.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Lisboa: Estampa, 1976.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MILLS, C. W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- NEGRI, A. Rem Koolhaas: *Junkspace* e metrópole biopolítica. **Radical Philosophy**, n. 154, 2014. Tradução UniNômade BR. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/rem-koolhaas-junkspace-e-metropole-biopolitica/>>. Acesso em: 20 maio 2021.
- PERKINS, J. **Confissões de um assassino econômico**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- RANGEL, I. M. A História da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-34, jan.-mar., 1981.
- RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. (org.) **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.
- RICHELSON, J. T. **The Wizards of Langley: Inside The CIA'S Directorate of Science and Technology**. New York: Westview Press, 2001.
- RODRIGUES, C. O dinheiro é vermelho. Entrevista com David Harvey. **Valor**, São Paulo, 9 de março de 2012.
- SANTOS, M. **Economia espacial**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SCHEMAN, L. R. **La Gran América: una nueva sociedad para las Américas en el siglo 21**. Traducido por Carmen E. Rojas Sánchez. Nueva York: Sociedad Geográfica de Lima, 2003.
- SCHUMPETER, J. A. Ciclos econômicos. In: SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- SILVA FILHO, E. B. da; MORAES, R. F. de. **Dos “dividendos da paz” à guerra contra o terror**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

SLOBODIAN, Q. **Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

SLOBODIAN, Q.; MIROWSKI, P. **Nine lives of neoliberalism** (Nove Vidas do Neoliberalismo) Londres: Verso, 2020.

SMICK, D. M. **O mundo é curvo**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.

SMITH, J. **Imperialism in the Twenty-First Century**. EUA: Monthly Review Press, 2016.

STREECK, W. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Lisboa: Conjuntura Actual, 2013.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. **Global Investment Trend Monitor**, n. 8, Nova York, 24 jan. 2012.

WESTEN, D. **Cérebro político** – O papel da emoção na decisão do destino da nação. São Paulo: Unianchieta, 2008.

WOOD, E. **Império do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.